

O consultor internacional no desenvolvimento da informação em C&T no Brasil

FERREIRA, Meireluce da Silva. *O consultor internacional no desenvolvimento da informação em ciência e tecnologia no Brasil*. Brasília, ABDF, 1991, 168p.

O prefácio de Antonio Miranda assinala, de modo pertinente, que parece falsa a premissa de que alguém reconhecidamente capaz em sua instituição de origem está apto a aconselhar outra instituição em situação "semelhante". A transferência de experiência exige condições mínimas de transferibilidade. Para Miranda, a experiência torna-se transferível à medida em que as semelhanças entre as duas instituições sejam preponderantes e determinantes, enquanto as diferenças sejam contornáveis ou pouco relevantes para o sucesso do empreendimento. Trata-se do conhecimento de uma disciplina "comparada", cuja metodologia de análise e de execução deveria ser sempre do domínio do consultor, mas nem sempre o é. O necessário "distanciamento objetivo" entre o consultor e o propósito da missão é o comportamento desejável, mas apenas assumido por especialistas treinados adequadamente para as missões de consultoria.

Estes e outros interessantes aspectos das consultorias internacionais prestadas às entidades brasileiras da área de informação científica e tecnológica (ICT) são analisados pela autora.

O trabalho não apenas cobre a questão do consultor internacional, mas a insere no seu contexto mais amplo — a problemática da C&T em geral e da ICT em particular. Inclui um breve histórico sobre o IBICT e sua trajetória, influenciada pelas oscilações nas orientações políticas dos planos governamentais, com seu discurso oficial para a área científica e tecnológica, da qual depende o setor de ICT. Deve-se aqui chamar a atenção que os discursos oficiais apregoam a área de ICT como um elemento fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico, mas nem sempre, ou raramente, tem havido correspondência, na prática, favorável ao desenvolvimento da ICT, no Brasil.

A figura do consultor internacional, no campo da ICT, está quase sempre vinculada à ação de ajuda e fomento a regiões e instituições menos privilegiadas, e o comum é a vinda ao Brasil de consultores do Primeiro Mundo. O impacto e os efeitos dessas consultorias na área oficial de informação, no Brasil, é o objetivo principal alcançado pelo trabalho.

Sem ser um levantamento exaustivo de todas as consultorias prestadas ao Brasil na área de ICT, é um levantamento relevante e original que inclusive descreve, resumidamente, a primeira consultoria internacional na área de ICT, até pouco desconhecida, prestada por Herbert Coblans e que se encontra mesclada com o próprio surgimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1954. A *Ciência da Informação* publicou no seu primeiro número de 1990, na íntegra, o relatório final dessa consultoria.

O livro apresenta uma retrospectiva descritiva da área de informação científica e tecnológica do Brasil, a partir dos anos 50. O papel dos consultores internacionais é também descrito, de acordo com a visão de vários autores, enfatizando o trabalho das consultorias e mostrando a influência destes na área oficial de ICT, incluindo uma análise de cada relatório obtido. Esses relatórios foram divididos em seis segmentos, a saber: política científica e tecnológica, tecnologias da informação, informação tecnológica, informação para a saúde, informação para a agricultura e segmentos setoriais. São expostas também as perspectivas do setor, enfocando o futuro papel dos consultores estrangeiros, com tendências e comentários.

Sendo o conceito de "consultor externo" bastante amplo, esse conceito foi restrito aos consultores "não-nacionais", isto é, basicamente contratados com recursos de entidade internacional, para prestar serviços temporários de consultoria à entidade relacionada ao setor de ciência e tecnologia, particularmente no segmento de informação em C&T. Ainda que em termos teóricos possa ser limitativa, em realidade cobre a quase totalidade dos consultores externos que atuaram no setor.

Observa a autora que no caso brasileiro e especificamente no setor de ICT, a atuação dos consultores estrangeiros concentrou-se, quando da execução de programas financiados pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pelo Banco Mundial.

O trabalho, de um modo geral, dá-nos oportunidade de permitir uma reflexão sobre o tema dos consultores estrangeiros e sobre a necessidade de se requisitar consultorias que proporcionem efetivamente uma transferência de conhecimento.

De leitura obrigatória para todos os especialistas da área de ICT que se preocupam com a política de ICT no país, ou para aqueles que estudam a história e o desenvolvimento da citada área, o trabalho dissemina os relatórios até então de circulação restrita. A contribuição oportuna da autora é ainda facilitada pela sua distribuição através da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF) e, certamente, deverá também servir como fonte de consulta para as entidades brasileiras de ICT que porventura sintam-se na iminência de contratar ou não um consultor, seja internacional ou mesmo nacional.

Deve-se levar em consideração que o Brasil já tem muitos especialistas de alto nível em condições de prestar consultoria a outros países, especialmente da América Latina. Torna-se, portanto, oportuno iniciar-se um levantamento dos consultores nacionais da área de informação em ciência e tecnologia.

Maria Esther de Araújo Coutinho

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Guia de fontes de informação sobre tecnologia de controle ambiental

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT), INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL/ES). *Guia de fontes de informação sobre tecnologia de controle ambiental* - Brasília: IBICT; Sebrae; Rio de Janeiro: Finep; CNI/Dampi, 1992. - (Série Guias de Fontes de Informação; 5)

O *Guia de Fontes de Informação sobre Tecnologia de Controle Ambiental* é o quinto da Série Guias de Fontes de Informação, da Confederação Nacional da Indústria/Departamento de Assistência à Média e Pequena Indústria (CNI/Dampi), com a participação técnica do IBICT.

A Série Guias de Fontes de Informação objetiva cobrir as áreas de conhecimento mais demandadas pela informação industrial e o seu conjunto de informações será formador de bases de dados, embrião dos sistemas especializados.

A série tem, hoje, 17 guias em diversos estágios cobrindo as seguintes áreas:

Guias publicados: Design - Fiesp (SP) (1991), Tecnologia de controle ambiental (1992)

No prelo: Energia para o setor industrial - Cetec; (MG); Frutos Tropicais: processamento - Nutec (CE); Informática - Depin/IBICT (DF); Mármore e Granito - Ideies/NRI (ES).

Guia em fase final: CAD/CAM - UFSC/NSI Metal Mecânica (SC).

Guias em andamento: Eletroeletrônica - Fucapi (AM); Gestão e Tecnologia da Qualidade - Tecpar (PR); Instrumentação - Cetec (MG); Tecnologia de Embalagem e Acondicionamento - IPT/NRI (SP); Ali-

mentos - Ital/NSI Alimentos (SP); Têxtil e de Confecção - CTIQT (RJ); Panificação - Sebrae (DF).

Guias planejados: Biotecnologia - Esalq (SP); Joalheria e Bijuteria - IBGM (DF); Química-ABQ (RJ).

O guia é um trabalho cooperativo e, em geral, de coleta descentralizada, mas com processamento uniforme e centralizado.

A Série Guias foi inspirada na série similar da United Nations Industrial Development Organization (Unido), que publicou 39 guias com informações internacionais; A Série Unido é anterior à explosão da microinformática, e os guias tinham como fim a divulgação de informações impressas.

Com a vulgarização do microcomputador e com as facilidades de *software* gerenciadores de bases de dados, os guias que tinham um fim em si mesmos tornaram-se produto de uma base de dados dinâmica e em constante atualização.

Para fornecer parâmetros às instituições executoras dos guias, foi feita pelo IBICT uma ampliação de metodologia de geração de guias da CNI/Dampi com o fim de colocá-la em padrões internacionais, facilitando o intercâmbio de informações referenciais.

A metodologia sugere, mas não é a nor-

teadora do conteúdo. Grupo de especialistas devem ser ouvidos para a definição do escopo da base e, conseqüentemente, do guia.

A escolha dos módulos de diferentes tipos de informação que serão coletados é tarefa técnica e de extrema relevância para o sucesso dos produtos. Nesse processo contínuo a criação, a inclusão de novos módulos na metodologia facilitará o enriquecimento dos novos guias.

O *Guia de Fontes de informação sobre Tecnologia de Controle Ambiental* apresenta novidades: além de ter sido o teste da metodologia, testou também o aplicativo desenvolvido em MicrolSIS supervisionado pelo Núcleo Regional de Informação Tecnológica Industrial do Ceará, sediado na Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial (Nutec).

O guia contou com a participação de entidades da área tecnológica e industrial, como a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República (SCT/PR), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Uma nova abordagem de coleta *in loco* que tem apenas seis meses de idade trouxe agilidade e qualidade às informações.

Foram feitas visitas técnicas a quatro estados brasileiros, para a coleta dos dados, e ao Distrito Federal. Essas visitas, além das informações, forneceram diagnósticos das instituições que deverão sediar, alimentar e explorar a base de dados. A base será distribuída na forma impressa e reeditada, desde que seu conteúdo fique 40% desatualizado, ou em forma de disquetes, atualizados diariamente.

O uso de um instrumento consagrado pela Rede Panamericana de Informação (Repdisca) e traduzido pela Cetesb deu maior consistência ao índice de assunto, que é a chave de recuperação dos diferentes tipos de informação sobre um determinado assunto.

O guia, ao incluir informação cadastral, bibliográfica e não bibliográfica, amplia as diversas visões de informação que hoje temos.

O *Guia de Fontes de Informação sobre Tecnologia de Controle Ambiental* traz 878

itens divididos em seis módulos:

Módulo 1 — Entidades: traz informações cadastrais sobre associações, escritórios de consultorias, institutos de pesquisa, laboratórios, unidades de informação, instituições de ensino, órgãos federais, estaduais e municipais.

Módulo 2 — Base de dados: apresenta uma relação de bases de dados nacionais e estrangeiras existentes e/ou acessadas no país.

Módulo 3 — Eventos: apresenta informações sobre eventos (seminários, simpósios, congressos e cursos) que ocorrem regularmente na área.

Módulo 4 — Normas técnicas: relaciona as normas técnicas brasileiras da ABNT e da Cetesb (algumas normas selecionadas), cuja base é citada no Módulo 2 — Base de dados.

Módulo 5 — Documentos: relaciona referências bibliográficas de 12 tipos de publicação: anais de congressos, bibliografias, catálogos, dicionários, diretórios, glossários, guias, manuais, monografias, patentes, projetos de pesquisas e teses.

Módulo 6 — Publicações seriadas: relaciona os títulos brasileiros e estrangeiros selecionados, com coleções completas e correntes localizadas em bibliotecas da área no país.

Índice de Assuntos — Para servir de chave de acesso às informações relacionadas no guia, foi elaborado um índice de assuntos, utilizando-se como instrumento referencial o *Tesouro de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente*, da Rede Panamericana de Informação e Documentação em Engenharia Sanitária e Ciência do Ambiente (Repdisca), 7ª edição, traduzida para o português pela Cetesb.

Lista de siglas — Outro complemento do guia, tendo, também, a função de índice.

Anexo — Para complementar as informações, o guia traz, no anexo, dados cadastrais sobre entidades da área tecnológica. São elas federações das indústrias, unidades prestadoras de serviços de informação para a indústria (Campis, Nampis, Sebrae, Rede de Núcleos de Informação Tecnológica), órgãos e representações da ABNT, Inpi nos estados, Rede Nacional de Metrologia Legal e câmaras de comércio entre países.

Os módulos legislação (módulo 5) e *software* (módulo 8), que figuram na metodologia de guias, não foram contemplados.

O módulo legislação aparece incluído no módulo de bases de dados, visto que várias instituições participantes do guia possuem bases de dados de legislação.

No módulo 8 (*software*), não foram localizados *softwares* específicos na área de controle ambiental, mas serão objeto de coleta posterior.

Maria Angélica Rodrigues Quemel

Chefe do Departamento de Disseminação de Informação Científica e Tecnológica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).